

PRECO DÉSTE NÚMERO

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Diário do Govérno, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

MIES A	LTURAS
As 3 séries Ano 2408	Semestre 1308
A 1.ª série 908	498
A 2.ª sério 808	» 43 <i>8</i>
A 3.ª sério 803	» 43 <i>5</i>
Avulso: Número d	o duas páginas 830;
de mais de duas páginas	530 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado é do 2850 a linha, acrescido do respectivo imposto do sôlo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.° e 2.° do artigo 2.° do decreto n.° 10:112, de 24-ix-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério do Interior:

Decreto n.º 23:669 - Aprova o quadro e respectivos vencimentos do pessoal da Misericórdia de Coimbra e anexos, Colégio dos Orfãos, Colégio das Orfãs e Asilo-Escola Ribeiro Freire.

Ministério das Financas:

Decreto-lei n.º 23:670 — Autoriza a Companhia Geral de Crédito Predial Português a suspender a execução do disposto nos n.º 1.º, 2.º e 3.º do artigo 79.º dos seus estatutos e regula a aplicação a dar ao saldo dos lucros líquidos anuais da mesma Companhia.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público terem os Governos da Suécia e do Reich Alemão notificado, respectivamente em 3 e 27 de Novembro de 1933, ao Governo dos Países Baixos a sua resolução de denunciarem a Convenção para regular os conflitos de leis e de juris-dições em matéria de divórcio e de separação de pessoas, assinada em Haia em 12 de Junho de 1902.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 23:669

Usando da faculdade conferida pelos n.º8 3.º e 4.º do artigo 108.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Misericordia de Coimbra e anexos, Colegio dos Orfãos, Colégio das Órfas e Asilo-Escola Ribeiro Freire, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica cons-

tituído da maneira seguinte:

Cartório

1 cartorário		•	•	•	•	•	9.600\$00 7.200\$00 3.000\$00 3.000\$00 60\$00
Capelas							
2 capelāis, a 1.200\$		•	•	•			2.400\$00
Serviço de saúde							
2 facultativos, a 1.200\$ 1 facultativo substituto (a	 ı) .			•	•		2.400 <i>\$</i> 00 800 <i>\$</i> 00

1 facultativo do posto anti-venéreo 1 eufermeiro do mesmo	1.200 & 00
1 enfermeira do mesmo	720800
1 farmacêutico (b)	2.400500
Ao mesmo: 10 por cento sôbre o apuro mensal.	
1 ajudante de farmácia (b)	5.430500
1 praticante de farmácia (b)	3.000 \$00
Colégios dos Órfãos e das Órfãs	
1 reitor (c)	3.600500 3.000500

l professor de instrução primária (c). 2.400500 1 professor ajudanto (c) 1 professor de música 1.200500 1.200500 1 porteiro sacristão (c). 1 mestre da oficina de alfaiate. 2.400\$00 2.400\$00 1 mestre da oficina de sapateiro. . . . 3.600\$00 3.000\$00 1.800\$00 1 directora da rouparia e enfermeira (c) 1 directora dos serviços de cozinha (c) 1.800500 2.400500 2 cozinheiras, a $1.200\delta_{z}^{*}(c)$. . .

Asilo-Escola Ribeiro Freire

1 professora regente (c)				4.200\$00
1 facultativo				300500
1 criada				600\$00

1.260500

4.320\$00

(a) Este empregado só vence no impedimento dos efectivos.

(b) Estes empregados têm habitação.
 (c) Empregados internos.

1 padeiro .

5 criados, a 864\$ (c).

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Março de 1934. — António Óscar de Fragoso Carmona — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 23:670

Quando o Govêrno, em 6 de Março de 1931, perante a alarmante crise que então atingiu a Companhia Geral de Crédito Predial Português, resolveu prestar a esta instituïção a sua assistência financeira teve em vista não o emprego lucrativo de disponibilidades, mas tam somente, e a bem do interesse geral, proporcionar à mesma Companhia a utilização dos recursos necessários à inteira normalização da sua vida financeira.

Autorizada e definida aquela assistência no decreto-lei n.º 19:427, de 7 de Março de 1931, foram posterior mente o Govêrno e a Companhia respectivamente autorizados, aquele a tomar e a pagar 20:000 acções privilegiadas e esta a modificar os seus estatutos, tudo nos termos constantes do decreto-lei n.º 20:183, de 8 de Agosto seguinte, e das bases a êste anexas.

Decorridos três anos sobre a publicação do primeiro dos mencionados decretos, verifica-se que têm melhorado consideravelmente a posição e o crédito da Companhia, e que esta situação, justificando fundadas esperanças no ressurgimento de tam importante estabelecimento de crédito, aconselha o Estado a permitir se quebre, ao menos temporariamente, a rigidez de algumas regras a que o citado decreto sujeitara a administração da Companhia e a conceder a esta facilidades que, tam depressa quanto possível, lhe permitam reassumir, em toda a sua plenitude e eficiência, e utilizando exclusivamente os seus próprios recursos, a função que ihe compete na economia nacional.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É a Companhia Geral de Crédito Pre-

dial Português autorizada:

1.º A suspender até 31 de Dezembro de 1940, e depois dessa data por períodos sucessivos de cinco anos, a execução do disposto nos n.º 1.º, 2.º e 3.º do artigo 79.º dos seus estatutos.

A suspensão relativa ao período a decorrer de 1 de Janeiro de 1941 a 31 de Dezembro de 1945 fica porém dependente de a Companhia resgatar, até ao fim do ano social de 1940, pelo menos 5:000 acções privilegiadas, das mencionadas no artigo 69.º dos mesmos estatutos, ficando cada uma das sucessivas prorrogações dependente de a Companhia, no decurso do período imediatamente anterior, ter resgatado também pelo menos 5:000 das mesmas acções.

O resgate de acções privilegiadas, que só poderá realizar-se no decurso do primeiro semestre de cada ano social, será feito pelo respectivo valor nominal, acrescido da diferença que porventura haja entre a soma dos dividendos distribuídos às acções a resgatar, durante o

período que decorrer desde 1 de Janeiro de 1934 até 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior àquele em que tiver lugar o resgate, e a soma dos dividendos que, a 4 por cento ao ano, às mesmas acções teriam competido durante o indicado período.

2.º A dar ao saldo dos lucros líquidos anuais, depois de atendidas as percentagens para fundos de reserva e Caixa de Aposentações dos Empregados, e emquanto durar a suspensão prevista no número anterior, a se-

guinte aplicação:

a) Para distribuir dividendos, à mesma taxa, às acções privilegiadas não resgatadas e às acções ordinárias;
b) Para qualquer outro fim que a assemblea geral de-

terminar, sob proposta do governo da Companhia.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 15 de Março de 1934. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira — Manuel Rodrigues Júnior — Luiz Alberto de Oliveira — Antbal de Mesquita Guimarãis — José Caeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Alexandre Alberto de Sousa Pinto — Sebastião Garcia Ramires — Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

<

Direcção Geral dos Negócios Políticos

Por ordem superior se faz público que, segundo comunica a Legação dos Países Baixos, os Governos da Suécia e do Reich Alemão notificaram, respectivamente em 3 e 27 de Novembro de 1933, ao Governo daquele país a sua resolução de denunciarem a Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdições em matéria de divórcio e de separação de pessoas, assinada em Haia em 12 de Junho de 1902. Aquelas denúncias começarão a ter efeito a partir de 1 de Junho de 1934.

Direcção Geral dos Negócios Políticos, 10 de Março de 1934.— O Secretário Geral, Luiz T. de Sampaio.